

### 3. ASPECTOS LEGAIS

#### 3.1. LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Com o intuito de obter o licenciamento ambiental, para a geração de energia eólica na área pleiteada, o processo de licenciamento da **CGE BONS VENTOS DA SERRA 1**, foi instruído com toda a documentação estabelecida na referida resolução e de acordo com os trâmites legais da SEMACE, através do processo de requerimento de licença prévia.

O processo de requerimento de Licença Prévia junto a SEMACE foi protocolado sob o Nº 11282119-7, para uma Central Geradora Eólio-Elétrica com potência de 22 MW em uma área proposta de 141,14 hectares.

Em julho de 2011 foi emitido pela SEMACE a Licença Prévia nº 194/2011, a qual apresenta entre seus condicionantes, a apresentação de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do projeto, a ser elaborado conforme Termo de Referência nº 571/2011 DICOP-GECON.

Em agosto de 2012 foi solicitado mudança de titularidade de Servtec Energia Ltda. para Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A. tendo a SEMACE alterado a titularidade na licença prévia Nº 194/2011 com as mesmas condicionantes anteriores.

##### 3.1.1. Anuência da ANEEL

Para instalação e operação da **CENTRAL EÓLICA BONS VENTOS DA SERRA 1**, a empresa **GERADORA EÓLICA BONS VENTOS DA SERRA I S.A.**, solicitou à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através da Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração – SCG, o registro de implantação da Central Geradora de Energia. Após o registro realizado, o projeto concorreu e foi contemplado no Leilão 03/2011 de Compra de Energia de Reserva da ANEEL.

A Portaria MME Nº. 228, de 13 de abril de 2012 autoriza a empresa **GERADORA EÓLICA BONS VENTOS DA SERRA S.A.** a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica. A cópia da Portaria é apresentada no Volume II - Anexos.

### **3.1.2. Utilidade Pública da Atividade**

A geração de energia é uma atividade caracterizada como de utilidade pública, sendo dotada de prerrogativas especiais dispostas na própria legislação ambiental.

A **CENTRAL EÓLICA BONS VENTOS DA SERRA 1** está concebido para disponibilizar energia ao Sistema Interligado Nacional - SIN, o que demonstra de forma inequívoca sua utilidade pública.

### **3.1.3. Aquisição do Terreno**

A área de instalação do projeto abrange uma superfície de 141,14 hectares, em forma de polígono irregular, situada na Fazenda Malhadinha, localidade de Santo Antônio da Pindoba, município de Ibiapina – CE.

A área do empreendimento está inserida no contexto espacial da propriedade denominada Malhadinha II, de propriedade particular de Polariza – Polar Agropecuária e Imobiliária Ltda., cuja soma é de 4.564,78 hectares.

Este terreno está registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ibiapina, Matrículas N°.521 Ibiapina-CE.

Parcelas da propriedade, totalizando 141,14 hectares do terreno, foram cedidas pelo proprietário em regime de Instrumento Particular de Arrendamento para a empresa **SERVTEC ENERGIA LTDA.**

Os registros do imóvel que foi parcialmente arrendado, bem como o contrato de Instrumento Particular de Arrendamento são apresentados na Documentação Pertinente, Volume II – Anexos.

As delimitações do terreno e a situação cartográfica da área são apresentadas no Mapa Planialtimétrico segue na Documentação Cartográfica, Volume II - Anexos.

### **3.1.4. Anuência da Prefeitura Municipal de Ibiapina**

O Prefeito Municipal de Ibiapina, no uso de sua competência certifica para fins de licenciamento ambiental que a Empresa Servtec Energia Ltda. proprietária do projeto Malhadinha II, a ser instalado na localidade denominada Fazenda Malhadinha II no município de Ibiapina, está em conformidade com a Lei de Uso e Ocupação do Solo deste Município.

A referida documentação encontra-se na Documentação Pertinente, Volume II - Anexos.

A empresa Servtec Energia Ltda. anteriormente proprietária do Projeto solicitará mudança de titularidade à SEMACE passando o projeto a ter como proprietário a empresa Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A.

### **3.1.5. Parecer Técnico Conclusivo da Aeronáutica**

A empresa Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A. solicitou ao Segundo Comando Aéreo Regional a autorização para a implantação da **CENTRAL GERADORA EÓLICA BONS VENTOS DA SERRA 1**. Para essa solicitação foi elaborado Projeto de Sinalização de Obstáculos para a área da central eólica. A referida solicitação será anexada ao processo de licenciamento ambiental no órgão ambiental competente, SEMACE.

### **3.1.6. Anuência ICMBio**

Segundo condicionante da LP Nº 194/2001 DICOP/GECON na hipótese da atividade ou empreendimento afetar as unidades de conservação federal, suas zonas de amortecimento ou áreas circundantes e que ensejam a apresentação de EIA/RIMA o interessado deverá requerer autorização do licenciamento ambiental junto ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO, nos termos do Art. 1º da Resolução CONAMA Nº 428/2010. Em observância ao §1º, art. 2º da Resolução CONAMA Nº 428, o interessado deverá solicitar a referida autorização no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contado a partir da data do protocolo do EIA/RIMA apresentado à SEMACE, assim como apresentar à SEMACE toda a documentação prevista no art. 4º, incisos I, II, III da Instrução Normativa ICMBio Nº5, de 2 de setembro de 2009. A SEMACE cancelará a Licença Prévia ora concedida caso ocorra indeferimento da Autorização requerida junto ao ICMBio ou esta não seja apresentada dentro do prazo de validade máximo desta Licença Prévia.

Tendo em vista que a área de implantação da **CGE BONS VENTOS DA SERRA 1** situa-se dentro da zona de amortecimento da Unidade de Conservação Federal Parque Nacional de Ubajara o empreendedor deverá solicitar autorização ao órgão gestor da UC para implantação do empreendimento. Essa autorização será solicitada após a entrega do Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) no prazo máximo de 15 dias conforme Resolução CONAMA Nº 428/2010.

Conforme condicionante da LP Nº 194/2011 a Central Eólica deverá apresentar à SEMACE a anuência da Área de Proteção Ambiental – APA da Serra da Ibiapaba. Portanto, segundo a Lei Nº 9985/2000 as unidades de conservação Área de Proteção Ambiental e Reserva Particular do Patrimônio Natural não possuem zona de

amortecimento e a área do empreendimento está a 7,05 km de distância da APA de Ubajara não sendo, nesse sentido, necessário autorização da gerência dessa unidade de conservação.

### 3.1.6.1. Unidades de Conservação

#### O que é Unidade de Conservação?

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (Lei Nº. 9.985/2000).

As unidades de conservação dividem-se em dois grupos, com características específicas: as Unidades de Proteção Integral, que tem como objetivo preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos em Lei; e as Unidades de Uso Sustentável, cujo objetivo básico é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

No contexto da área de influência indireta do estudo é identificada uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, o Parque Nacional (PARNA) de Ubajara e uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável a APA da Serra da Ibiapaba. Figura 7.1.

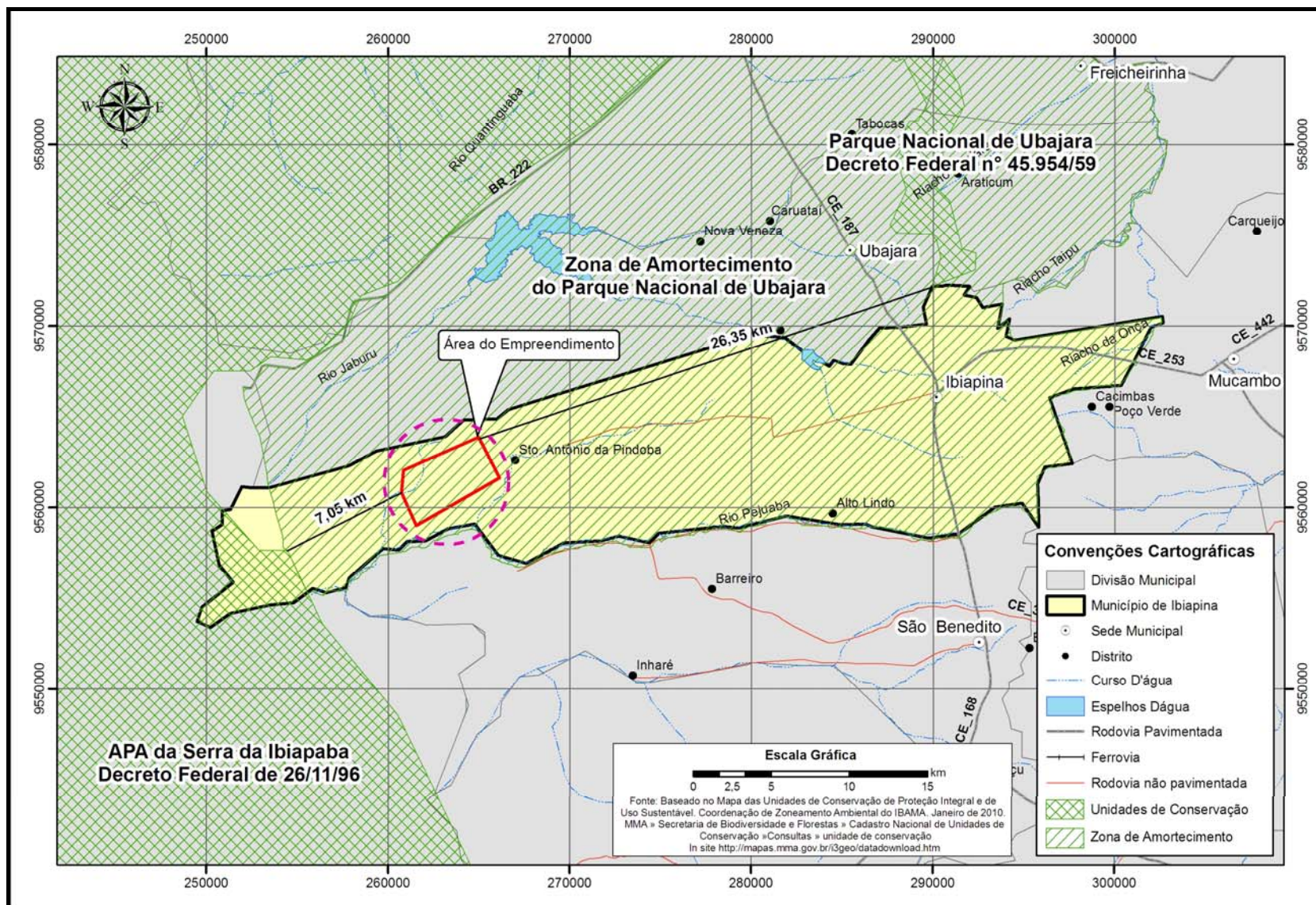
#### Unidades de Conservação Existentes na Área de Influência Indireta do Projeto

Unidade de Conservação	Decreto de Criação	Área (ha)	Intervenção do empreendimento
Área de Proteção Ambiental da Ibiapaba	Decreto s/n, de 26 de novembro de 1996	16.241,75	Não
Parque Nacional de Ubajara	Decreto Federal Nº 45.954 de 1959	6.288 ha	Sim (Zona de Amortecimento)

#### O que é Zona de Amortecimento?

É o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas à normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade.

## Unidades de Conservação Existentes na Região do Projeto





### 3.1.6.2. Áreas de Preservação Permanente

#### O que é APP?

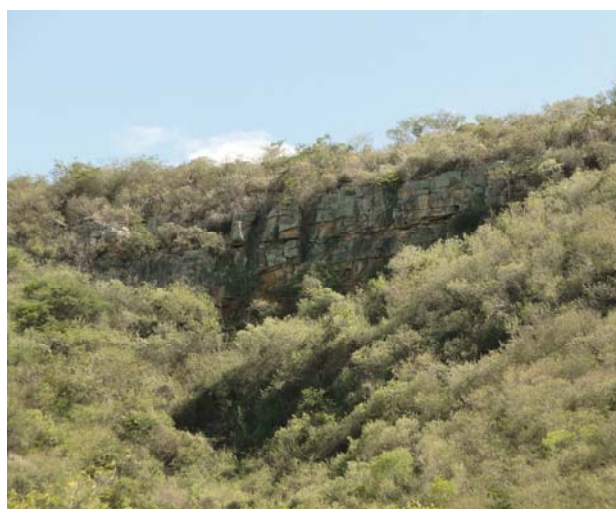
Área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas (Lei Nº. 12.651/2012).

De acordo com os levantamentos realizados em campo e tomando-se por base a Lei Federal nº12.651 de 2012 que revogou o Código Florestal Lei Nº 4.771, de 15 de setembro de 1975, com a Lei nº 7.803, de 18 de julho de 1989 e com a Lei Estadual Nº. 13.796/2006 dentro do limite da poligonal do terreno foram identificadas as seguintes APP's:

- Faixa marginal dos cursos d'água;
- Encostas com declividade superior a 45°;
- Borda de Tabuleiro ou Chapada;



*Borda de Tabuleiro ou Chapada*



*Encosta declividade superior a 45°*

Vale salientar que a atividade não irá interferir na evolução natural destes ambientes, podendo se inserir na região sem causar degradação ambiental, tendo em vista que a locação dos aerogeradores e vias de acesso não causarão produção de gases ou efluentes. Conforme planta de arranjo geral não haverá interferência nas APP's.

### 3.2. RESERVA LEGAL

#### O que é Reserva Legal?

É a área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa (Lei Nº. 12.651/2012).

Todo imóvel rural deve manter área com cobertura de vegetação nativa, a título de Reserva Legal, sem prejuízo da aplicação das normas sobre as Áreas de Preservação Permanente, que para a região onde localiza-se o empreendimento deverá um percentual mínimo de 20% em relação à área do imóvel.

A Reserva Legal deve ser conservada com cobertura de vegetação nativa pelo proprietário do imóvel rural, possuidor ou ocupante a qualquer título, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado.

Considerando que o imóvel onde se situa a **CGE BONS VENTOS DA SERRA 1** localizam-se na Zona Rural do município de Ibiapina, suas Reservas Legais deverão ser averbadas.